

**ATA DA TRICENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SÉTIMA REUNÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CEPRAM.**

No dia vinte de maio de dois mil e dezesseis realizou-se a tricentésima octogésima sétima reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CPERAM. O Conselheiro Eugênio Spengler fez a leitura da pauta onde constou: apreciação da Ata da 386ª reunião ordinária de 18.03.2016; informe sobre o andamento da Proposta de Resolução da ABEMA para alteração das Resoluções CONAMA nº. 01/1986 e 237/1997, que dispõem sobre os procedimentos de Licenciamento Ambiental; apresentação da Proposta SEMA/INEMA de Regulamentação da Reposição Florestal e criação do instrumento de Compensação Florestal; Apresentação e análise dos processos vindos da Câmara Técnica Recursal; indicação de 01 representante do segmento Sociedade Civil para compor a Comissão Permanente do CEEA – Cadastro Estadual das Entidades Socioambientalistas. (Resolução CEPRAM Nº 4.498); apresentação do Edital de Convocação para renovação dos membros do CEPRAM; O que ocorrer; Informes. Sugere uma inversão de pauta para que o informativo sobre a proposta de Resolução CONAMA possa ser dado após a apresentação da proposta SEMA/INEMA. A Ata da 386ª reunião ordinária foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Presidente do Conselho convidou os representantes da SEMA/INEMA para fazerem parte da mesa para apresentação, seguida de debate, Felipe Humberto da Silva - SEMA, Cláudia Campra - INEMA, Luiz Araújo e Maiana Pitombo- SEMA. Com a palavra Felipe Humberto da Silva Superintendência de Estudos e Pesquisas Ambientais (SEP) registrou que esse trabalho foi construído conjuntamente entre a SEMA e o INEMA para regulamentação da reposição florestal no Estado e a criação de instrumento de compensação florestal. O tema é complexo e envolve vários instrumentos. Foi apresentada a minuta de anteprojeto de Decreto para a regulamentação da Reposição Florestal no Estado e a minuta de anteprojeto de Lei para instituir a Compensação Florestal no Estado. O Decreto de reposição florestal define as modalidades e execução de reposição florestal dentro do Estado. Apresentou o conceito do que foi proposto; objetivos da reposição florestal; citou os sujeitos à reposição florestal, como podem cumprir essa reposição e procedimentos a serem adotados. Falou sobre os métodos que devem ser apresentados. Destacou a proposta de um novo instrumento que seria àquelas pessoas que não tem interesse em comercializar madeira, consumidores de madeiras. Destacou estimativa de volumes e de valores relativos a supressão e sua execução. Quanto aos créditos de reposição florestal, requisitos mínimos para comercialização de madeira no Estado e cancelamento dos créditos, apresentam conceitos que são esclarecidos no texto do Decreto. Falou sobre a criação do instrumento de compensação florestal (minuta do anteprojeto de Lei) e como construir ações para estabelecer a reparação dos impactos negativos gerados pelo corte ou supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo. Comentou como seria o cumprimento dessa compensação ambiental, critérios e modalidades. Fala sobre os recursos financeiros e sua captação, a identificação de terras devolutas no Estado, o controle de desmatamento e possibilidade de criar o embargo florestal com proposta de regulamentação dessa criação. Explicou que há a proposição de criação de um programa de compensação florestal do Estado da Bahia (COMFLORA) que teria como objetivo otimizar e direcionar

51 investimentos públicos e privados para proteção, conservação e ampliação da
52 cultura vegetal nativa no Estado e regulamenta a metodologia de convenção
53 em valor pecuniário. Falou sobre os recursos que irão financiar esse programa
54 e sua aplicação. Explicou como funcionará a proposta de cálculo de
55 compensação do dano. Apresentou o mapa síntese de relevância do Estado
56 que compõe vários mapas de vulnerabilidade. Mostrou as Portarias que
57 regulamentam alguns instrumentos que estão dentro dos Decretos e Lei,
58 Termo de Doação para as pessoas que não tem interesse em comercializar
59 madeiras. Registrou que outro tema pendente de regulamentação são as
60 participações de cooperativas e associações de reposição florestal no Estado.
61 Finalizou dizendo que são esses trabalhos que estão sendo conduzidos na
62 SEMA/INEMA. O secretário Eugênio abriu espaço para manifestações de
63 dúvidas, críticas e ou sugestões. Luiz Vitor representante do IDEIA comentou
64 que é muito relevante o assunto e pergunta se será apresentado às Câmaras
65 Técnicas do Conselho para possível participação e contribuição dos
66 conselheiros. Eugênio respondeu que o assunto não é matéria de discussão do
67 CEPRAM. Uma das questões é o Projeto de Lei que será encaminhado à
68 Assembléia Legislativa com possibilidade de realizar Audiências Públicas.
69 Trata-se de uma matéria polemica que objetiva acabar com o desmatamento
70 ilegal no Estado. Mariana Vidal comentou sobre a apresentação que cita os
71 diversos instrumentos normativos sendo discutidos e elaborados no âmbito da
72 SEMA/INEMA. Registrou que as discussões se iniciaram em cima do tema
73 reposição florestal. Em razões disso, vários outros instrumentos foram
74 projetados e avançou alguns temas, tornando-se um pacote florestal. Wilson
75 sugeriu que esse material fosse disponibilizado para consulta e posterior
76 contribuições. Alertou que existe observações pontuais para evitar burocracias
77 e ônus para o sistema da SEMA, através do INEMA a exemplo de
78 determinação de multa, baseada numa produtividade por hectare. Outra
79 observação refere-se a estrutura que será montada para as ligações relativas a
80 área de crédito. A iniciativa privada já faz esse serviço, acha dispensável que o
81 governo cuide dessa área. Eugênio informou que muitas empresas procuram a
82 SEMA sobre disponibilidade de crédito. O INEMA disponibilizou na Internet,
83 mas nada impede que o mercado faça, mas é necessário que o Estado tenha o
84 controle. Claudia Campra falou da preocupação do INEMA nos últimos quatro
85 anos sobre as informações disponibilizadas a quem tem crédito para vender.
86 Esse contato não passa, necessariamente, por uma pessoa física, por um
87 servidor do Estado porque isso pode inclusive abrir portas para ações que não
88 interessam de modo algum para o Estado em função do que a Bahia já passou
89 por causa da reposição. Ressaltou que, no site do INEMA pode ser acessado
90 "reposição florestal" contendo uma lista nominal das pessoas e contato das
91 mesmas, isso evita a corretagem florestal que não é função do servidor. Com
92 relação aos valores estão coerentes com os dados do serviço florestal
93 brasileiro. Renato Cunha comentou que trata de uma política pública no Estado
94 que merece toda discussão, em sua opinião essa é uma atribuição do
95 CEPRAM que pode apoiar, sugeriu formular políticas públicas em qualquer
96 área e correlatas, bem como fazer uma discussão interna mais apropriada
97 dentro da Câmara Técnica de Políticas Públicas para construir uma
98 Recomendação do Conselho. Falou-se sobre a importância dada ao
99 direcionamento desses problemas, inclusive tem-se procurado o INEMA para
100 buscar soluções para empresários que tiveram autorização para supressão e

estão com um quantitativo de madeiras sem local para colocar. Questionou se a solução para isso seria somente através de doação. Eugênio respondeu que o interessado pode vender, doar ou usar na própria atividade. Citou que, no Código Florestal diz que a reposição florestal é obrigatória para o consumidor do material lenhoso originário da supressão legal ou então detentor da licença. Citou que cria obrigação, para que o cidadão ou a empresa que tenha uma autorização para supressão de vegetação para uso alternativo do solo ou para construir qualquer equipamento ou atividade, se não conseguir comercializar a madeira é obrigado fazer a reposição. Claudia Campra fez observação que, atualmente, por falta de um sistema que controle e que gere relatórios sobre as movimentações de madeira no Estado porque o INEMA ainda está trabalhando na melhoria do sistema, então quando esse pacote for aprovado esse sistema estará pronto para isso. Destacou que as atividades dependentes de madeira de pequeno e médio porte não pararam de acontecer. Alessandra comentou que reposição florestal e compensação na Legislação é uma lacuna; diz ter dúvidas quanto ao volume estabelecido para os biomas. Ressaltou que a instrução normativa do IBAMA de 2006, estabelece um volume menor. Quais os parâmetros e critérios utilizados para o volume estabelecido? Comentou que, com relação a compensação e a questão das espécies imune a corte que hoje não existe uma forma de compensar, apesar de no artigo 27 apresentar alternativas e forma de compensação. Foi respondido que esses dados foram baseados em estudos, principalmente da região nordeste, e nos dados que existem nos serviços florestais brasileiro. Verificou-se que a instrução normativa do IBAMA tinha alguma discrepância, o Estado não é obrigado a seguir essa normativa. Ressaltou a importância de levar em consideração que esses valores são apenas para os infratores. Em relação a compensação prever alteração para a questão das árvores imune a corte, seguir o Código Florestal para permitir através das medidas compensatórias que assegure a conservação da espécie. Beatriz representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico perguntou sobre o Embargo de 10 anos, para quem fez supressão total ou para alguns casos de empreendimentos que tem a autorização, mas acaba suprimindo mais do que foi autorizado. Sobre liberação para abertura de picada, isso é um problema no licenciamento. Eugênio falou que na definição do termo picada vai trabalhar o conceito, não é seis metros é até três metros, fora o tamanho de duzentos metros não é considerado picada. Tudo isso será objeto de definição clara para dirimir todas as dúvidas. Segunda questão, também foi dito na apresentação que mesmo aquele que suprime tem uma autorização de supressão que suprime mais em local não autorizado, também será objeto de Embargo e de compensação, ou seja, é o mesmo critério. Manifestaram dúvidas quanto o Mapa de relevância. As informações gráficas estão pequenas, considerando que para se obter um mapa tem que estar bem embasado. Questionou em que escala foi executada e depois a redução para Escala da apresentação. Comentou que corre o risco de alguma imperfeição num elemento cartográfico criar polemica por uma questão de localização. Pediu informação, qual a área de um modo fiscal. Eugênio respondeu que o modo fiscal está definido no EIA dependendo da região e do município. A média geral da Mata Atlântica é 20 hectares, tem alguns municípios que chega a 5 hectares; no Oeste quase tudo é 65 hectares, na Caatinga chega a 75 hectares. Essa definição não é dada pelo Estado é uma regra geral Nacional. O Estado obrigatoriamente tem que seguir. Com relação

151 às outras questões, esse mapa de relevância é dado por estudo científico,
152 inventário de áreas prioritárias para conservação, ocorrências de espécies
153 ameaçadas de extinção, os mapas de cobertura vegetal que varia 1 para 50 mil
154 no Oeste e no Semiárido, e, na Mata Atlântica 1 para 25 mil. A Escala não é
155 tão distante. Citou outros dados que apontam para situação de relevância.
156 Destacou que tem critérios que não são alheios. O fato de não ter estudos
157 suficientes não significa que o instrumento não deva ser criado. Felipe
158 complementou dizendo que esse mapa foi produzido em oficinas participativas
159 e por técnicos dos mais diversos setores. Leila Oliveira representando o
160 Sindicato de Produtos Rurais de Camacan disse que esse assunto é de uma
161 complexidade para o Estado além da questão da supressão da vegetação, do
162 controle ambiental, perpassa por questões sociais; diz que ver a sensibilização
163 do governo não somente para a madeira que não consegue ter um destino,
164 como também outras alternativas para solucionar esse problema. Colocou a
165 importância de se dedicar ao tema e discutir. Melquiades representante do
166 CEPEDES, Extremo Sul da Bahia parabenizou esse trabalho e os novos
167 estudos; falou que está tendo conhecimento de mais uma nova proposta e
168 citou que foram feitos outros estudos da cobertura vegetal do país. Colocou
169 preocupação quanto à questão de a interação e aonde chegar com essas
170 discussões. Luiz Vitor falou que essa é uma questão muito relevante, observou
171 que os conceitos e as definições colocadas são abertos e possibilita
172 interpretações das mais variadas espécies. Sugeriu qualificar melhor esses
173 conceitos para não proporcionar interpretações oportunistas e convenientes,
174 para que o meio ambiente continue pelo menos por mais algumas gerações.
175 Eugênio informou que vai disponibilizar o texto do anteprojeto de Lei ao
176 CEPRAM, convocar a Câmara Técnica de Políticas Públicas, contudo pede não
177 estender essas discussões, para que possa enviar à Assembléia ainda esse
178 ano, senão a partir do ano que vem será mais difícil. Também, sugeriu
179 convocar uma reunião extraordinária para discutir o assunto, as contribuições.
180 Esclareceu que ao entrar no site do CONAMA o proponente da proposta de
181 alteração da 01 e 237 do CONAMA é o Eugênio como presidente da ABEMA
182 porque os secretários estaduais são membros do CONAMA. A ABEMA não
183 encaminha proposta. Ressaltou que é fruto de um debate de mais de dois
184 anos, embora a partir de abril do ano passado se esquematizou e fechou-se a
185 discussão. Chamou a atenção de dois aspectos sobre a modernização e
186 aperfeiçoamento do licenciamento ambiental brasileiro: os extremos que está
187 se verificando, tanto de quem acha que nada tem que mudar ou fechar mais,
188 ou que tem que liberar tudo como está previsto no Senado e principalmente o
189 projeto de Lei de Emenda Constitucional 65 de 2012 aprovada na Comissão
190 Institucional de Justiça que tinha o Romero Jucá e Blairo Maggi puxando esse
191 negócio mostra que se não tiver capacidade de moderar o negócio com mais
192 equilíbrio, essa composição atual será muito pior que o Código Florestal para
193 questão social e ambiental do que a anterior. Destacou que a proposta da
194 ABEMA é a mais sensata, precisa ser aperfeiçoada no CONAMA, contudo foi
195 uma demanda insistente da ABEMA que, além do debate, da consulta
196 eletrônica teria que realizar as audiências públicas pelo menos uma por região
197 geopolítica do Brasil. Propõe que esse debate fosse pautado pelo CONAMA
198 que fosse possível fazer uma discussão séria do instrumento licenciamento
199 ambiental dentro da política nacional do meio ambiente levando em
200 consideração que a base disso é a 01 de 1986, principalmente dos estudos que

201 trata quase que exclusivamente do EIA e a 237 que na verdade trabalha na
202 ampliação da lista do que é licenciável, mas o grande objetivo era tentar uma
203 regulação federativa. Isso está incorporado pela Lei Complementar 140,
204 espera-se também nessa fase de Ministério que seja regulamentada. Colocou
205 que é preciso ter efetivamente bastante equilíbrio nesse debate, não dar para
206 ficar como está, nem permitir que o Congresso Nacional faça o que está
207 tentando fazer. Registrou que a ABEMA assinou uma Nota de Repudio a PEC
208 65/2012, além de disponibilizar para toda imprensa e sites, será enviada por e-
209 mail aos Conselheiros, Senadores e Deputados colocando as preocupações de
210 todos em relação a isso. Em relação à proposta que se encontra no CONAMA
211 apresentada pela ABEMA não é mais da ABEMA, pois já está totalmente
212 alterada. Essa proposta não traz muita novidade, destacou que as Legislações
213 estão muito diferentes de um Estado para o outro, dificultando a sociedade civil
214 acompanhar, o setor empresarial de cada estado tem uma regra e um
215 procedimento, tornando inviável para os órgãos ambientais do ponto de vista
216 do controle. A intenção é criar uma uniformização e padronização um pouco
217 maior sem ferir o que é competência federativa. Adequar às normas gerais do
218 CONAMA ao que diz a Lei Complementar 140 que estabelece que a
219 classificação dos empreendimentos se dê levando em consideração a natureza
220 da atividade, o porte e o potencial que estabelece a classificação. Comentou
221 que, diferentemente do que é praticada na Bahia essa discussão deixe de ser
222 atribuição do Governo via Decreto e venha para o Conselho que vai definir o
223 anexo do que é licenciável no Estado. Outras questões seria propor definir três
224 modalidades de licenciamento ambiental: bases, em fases com EIA ou sem EIA
225 que já é praticado e a licença declaratória para as atividades pequena.
226 Registrou que existem duas questões polêmicas nesse processo, tem alguns
227 segmentos representados pela sociedade civil que não são favoráveis ao
228 anexo com a classificação. O Estado alega ser impossível porque vai engessar
229 podendo criar uma insegurança jurídica. Outra discussão seria em relação ao
230 capítulo que vai estabelecer a questão socioambiental. Ressaltou que uma das
231 críticas que talvez não esteja claro no texto é de que o ambiente não é
232 considerado. Ressaltou que, outra questão polemica refere-se ao formato da
233 lista de atividades do anexo e o setor empresarial acha que tem de fazer a
234 relação dos grupos e atividades a ser licenciadas e remeter tudo aos
235 Conselhos Ambientais. Os segmentos da sociedade, principalmente, as ONG's
236 acha que deve ter o detalhamento que é um risco, também não vai resolver.
237 Falou que defende que não só tenha grupos, mas que detalhe um pouco mais
238 o que é infraestrutura e a ABEMA entende que é possível ter uma lista
239 aprovada levando em consideração o potencial poluidor e que tem que ser uma
240 Resolução específica. As Resoluções 01 e 237 não tratam disso, trata de
241 procedimentos de licenciamento ambiental. Colocou que existe dúvidas sobre a
242 questão da participação social, se seria dentro da Resolução ou revisão da
243 09/87, que está defasada, só admite presencial em Assembléias. A ABEMA
244 entende que cabe ao empreendedor realizar as audiências públicas
245 acompanhado, durante a elaboração do EIA fazer oficinas. Chamou a atenção
246 que não adianta ter um radicalismo de um lado e do outro, porque não serão
247 benéficos, é preciso ter a capacidade de entender alguns ajustes necessários.
248 Destacou que tem que ampliar as consultas públicas por meio eletrônico, se
249 tiverem de fazer por Estado não haverá problema, precisa ter uma participação
250 da sociedade para poder modernizar esse instrumento. Informou que essa

251 discussão se encontra suspensa no momento, porque com a votação do
252 Impeachment na Câmara os representantes da ABEMA oficializaram a Ministra
253 para parar, suspender as audiências públicas por uma questão de legitimidade
254 e concluir o processo. Com o afastamento da presidenta, a Posse do
255 presidente interino e o novo Ministro Sarney retomará para redefinir o
256 calendário, e retornar esse debate no CONAMA. Luís Galvão disse que é de
257 total apoio essa posição do equilíbrio. Daniel registrou que o equilíbrio,
258 conforme colocado nunca existiu, as composições de Conselhos não são
259 equilibradas, em sua opinião continua sendo uma fantasia. Eugênio falou que,
260 na vida, na política pública e na coletiva, se faz o que é possível, não existe um
261 mundo ideal, se radicalizar para ter o ideal não terá nem o possível, e aí se
262 perde, e esta é a questão do equilíbrio. Melquiades informou que foi
263 protocolado e entregue ao Gabinete da SEMA um documento relatando todas
264 as reuniões e movimentação ocorrida na Câmara de Vereadores de Eunápolis
265 durante um Seminário na semana em comemoração ao Dia Mundial da Água
266 sobre a questão de Recursos Hídricos, principalmente na Bacia do Rio
267 Granhem que abastece Porto Seguro, Eunápolis e Guaratinga, ao tempo que
268 entregou uma Carta ao Governador com cópia para SEMA solicitando que
269 fosse analisado a situação dessa bacia, onde foi pedido a inclusão da Bacia
270 dos Frades nos estudos. Pediu ao INEMA agilidade para a questão dos
271 barramentos que estão acontecendo diante da falta d'água e a questão da
272 exploração de poços artesianos. Daniel relatou que o Rio de Ondas que
273 abastece a cidade de Barreiras diminuiu a carga em dois metros e o Rio
274 Grande baixou três metros. Com isso, pediu ao INEMA a possibilidade de
275 emprestar o barco para subir ao rio juntamente com o pessoal da Colônia Z-90
276 para tentar descobrir o que estaria ocorrendo. Nesse momento, o presidente
277 Eugênio se despediu, agradecendo a todos e passou a condução da reunião a
278 Mariana Mascarenhas. Mariana Mascarenhas falou que consta em pauta os
279 processos, a indicação dos membros para compor a CEEA, análise de
280 processos e a minuta do Edital de Convocação para eleição do CEPRAM.
281 Passou para o item 4. Apresentação dos processos apreciados na 12ª reunião
282 da Câmara Técnica Recursal em 11 de março de 2016; fez a leitura dos
283 processos e pediu àquele conselheiro que manifestar destaque se
284 pronunciaria. Processo da AGROPECUARIA EMILIO OMENA S/A-
285 AGROMENA: auto de infração de multa de duzentos mil reais em Santa Brígida
286 por operar atividade de criação de animais da fauna silvestre, sem a devida
287 Licença Ambiental ou Autorização do órgão competente. O pedido é a
288 anulação do auto de infração de multa ou redução da multa, conselheiro relator
289 Agnaldo Monteiro. A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade.
290 MUCURI AGROFLORESTAL S.A.: Auto de Infração de Multa em Alcobaça, por
291 averbação de Reserva Legal da propriedade Bloco 01- ALC-B em cartório, em
292 desconformidade com a legislação, especialmente a medida provisória 2166-67
293 de 24 de agosto de 2001, em seu Art.16 parágrafos 4º. O pedido é a Anulação
294 do Auto de Infração de Multa ou conversão em Advertência, conselheira
295 relatora Lucidalva Rodrigues. A Câmara Técnica acatou o pedido de conversão
296 da multa. CERAMICA MORAIS LTDA: Auto de Infração de Multa em Riachão
297 do Jacuípe por operar sem a devida regularização do órgão ambiental
298 competente, por descumprir aos autos de infrações de Advertências e
299 Notificações, e por ter atingido propriedades de terceiros, causando problemas
300 de saúde: Substituição da multa por advertência ou Conversão da Multa.

301 Pedido de substituição da multa por advertência ou Conversão da Multa,
302 conselheira relatora Débora Coelho. Houve primeiro um termo de compromisso
303 com pedido de vista pelo conselheiro Pedro Diamantino e por fim decidiu pela
304 manutenção da multa. EMBASA S/A: auto de infração de advertência em
305 Salvador, pela degradação ambiental por meio do despejo de esgoto de
306 maneira inadequada. O pedido de nulidade do auto de infração de advertência,
307 conselheiro relator Sergio Bastos. A decisão foi pela manutenção da
308 advertência. PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO: Auto de Infração
309 de Multa no valor de R\$ 150.100,00, no município de Sobradinho pelo
310 descumprimento do prazo estabelecido no Auto de Infração em Campo
311 nº172/2006 e Auto Advertência nº 2006-002151/TEC/AIAD-0136. O pedido
312 Nulidade do Auto de Infração de Advertência, conselheiro relator Pedro
313 Diamantino. A decisão foi pela manutenção da multa. EMBASA S/A: Auto de
314 Infração de Advertência em Salinas das Margaridas por operar Sistema de
315 Abastecimento de Água de Salinas das Margaridas sem a devida licença
316 ambiental e descartar o lodo em corpo hídrico causando efetiva poluição
317 ambiental. O pedido a nulidade do Auto de Infração de Advertência,
318 conselheiro relator Pedro Diamantino. A decisão da Câmara Técnica foi pela
319 manutenção da advertência. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU: Auto de
320 Infração de Advertência no município de Cairu por omitir-se no poder de polícia
321 ambiental. O pedido de Nulidade do Auto de Infração de Advertência,
322 conselheiro relator Sergio Bastos. Decisão pela manutenção da advertência.
323 EMBASA: Auto de Infração de Multa, no valor de R\$ 5.000,00 no município de
324 Jaguarari pela Operação de Estação de Tratamento de Esgoto - ETE sem a
325 devida licença ambiental da autoridade competente. O pedido de Anulação do
326 Auto de Infração de Multa, conselheiro relator Sergio Bastos. Decisão pela
327 manutenção da multa. EMBASA: Auto de Infração de Multa no valor de R\$
328 3.000,00, pelo não atendimento da Notificação nº 2008-000493/TEC/NOT-
329 0158. O pedido de Anulação do Auto de Infração de Multa, conselheiro relator
330 Pedro Diamantino. Decisão pela manutenção da multa. HORTENISIO CHAVES
331 DE SOUZA: Auto de Infração de Advertência no município de Correntina pelo
332 lançamento de resíduos líquidos domésticos (esgoto), com efetiva poluição do
333 Rio Correntina ou Rio das Éguas, em desacordo com exigências estabelecidas
334 em Leis ou Atos Normativos. O pedido pela anulação do Auto de Infração de
335 Advertência, conselheira relatora Mariana Vidal. Decisão pela manutenção da
336 advertência. IVANA OLIVEIRA RIOS SOUZA DE RIACHAO DO JACUIPE:
337 Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 10.000,01, no município de Riachão
338 do Jacuípe por operar olaria sem a devida regularização do órgão ambiental
339 competente, por descumprir aos autos de infrações de Advertências e
340 Notificações, e por ter atingido propriedades de terceiros, causando problemas
341 de saúde. Pedido de Anulação do Auto de Infração de Multa, conselheiro
342 relator Luiz Vitor. Decisão pela manutenção da multa. HOSPITAL
343 UNIVERSITARIO PROFESSOR EDGAR SANTOS: Auto de Infração de
344 Advertência no município de Salvador por operar unidade hospitalar sem a
345 devida autorização do órgão ambiental competente. Pedido de anulação do
346 Auto de Infração de Advertência, conselheira relatora Lucidalva Rodrigues.
347 Decisão pela manutenção de Advertência. MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DAS
348 MATAS/ PREFEITURA MUNICIPAL: Auto de Infração de Multa no valor de R\$
349 5.000,00 no município de São Miguel das Matas por realizar deposição
350 inadequada de resíduos sólidos urbanos do município no solo causando efetiva

351 poluição ambiental. Pedido de anulação do auto de infração de multa,
352 conselheiro Agnaldo Monteiro. Decisão pela manutenção da advertência.
353 MACROSAL NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA: Auto de Infração de Multa no valor de
354 R\$ 500,00 no município de Feira de Santana por operar sem licença ambiental.
355 Pedido de anulação do auto de infração de multa, conselheiro Daniel Barreto.
356 Decisão pela manutenção da multa. CERAMICA AUTOBLOCO LTDA: Auto de
357 Infração de Multa no valor de R\$ 10.000,01 no município de Riachão do
358 Jacuípe por operar olaria sem a devida regularização do órgão ambiental
359 competente, por descumprir aos autos de infrações de Advertências e
360 Notificações, e por ter atingido propriedades de terceiros, causando problemas
361 de saúde. Pedido de anulação do auto de infração de multa, conselheira Leila
362 Oliveira. Decisão pela manutenção da multa. MARIA TEIXEIRA DOS SANTOS:
363 Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 2.000,00 no município de Serrinha,
364 empreendedor está Beneficiando Mármore e Granito sem a devida licença
365 Ambiental. Pedido de anulação do auto de infração de multa, conselheira
366 Lucidalva Rodrigues. Decisão pela manutenção da multa. JOSE FERNANDO
367 ANDRADE FERREIRA: Auto de Infração de Interdição Temporária no
368 município de Mutuípe pela supressão de vegetação nativa do Bioma Mata
369 Atlântica sem a autorização do órgão ambiental competente. Pedido de
370 Suspensão do Auto de Infração de Interdição Temporária, conselheiro relator
371 Agnaldo Monteiro. Decisão pela manutenção do auto de interdição. BETUMAT
372 QUÍMICA LTDA: Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 10.001,00 no
373 município de Candeias por efetiva poluição ambiental atingindo propriedade de
374 terceiros. Pedido de anulação do Auto de Infração de Multa, conselheira
375 Mariana Vidal. Decisão pela manutenção da multa. PAULO ROBERTO
376 GRASSI – ME / Caixotaria GRASSI: Auto de Infração de advertência no
377 município de Itabela por causar danos ambientais causados por disposição
378 inadequada de resíduos de madeira em área de APP - Área de Preservação
379 Permanente. Pedido de anulação do Auto de Infração de Advertência.
380 Lucidalva Rodrigues. Decisão pela advertência. MUNICIPIO DE SAO FELIX
381 DO CORIBE / PREFEITURA MUNICIPAL: Auto de Infração de Multa no valor
382 de R\$ 10.000,00 no município de São Félix do Coribe pela efetiva degradação
383 ambiental gerada em decorrência do descarte de resíduo diretamente sobre o
384 solo, sem nenhum tipo de impermeabilização e sem cobertura dos resíduos
385 com material inerte causando presença de vetores transmissores de doenças,
386 como moscas em grande quantidade, pela queima de resíduo a céu aberto,
387 supressão da cobertura vegetal para implantar o depósito irregular de lixo.
388 Pedido de anulação do Auto de Infração de Multa ou Redução com Celebração
389 de Termo de Compromisso, conselheira relatora Leila Oliveira. Decisão pela
390 manutenção da multa. ALERCIO NEVES SOARES: Auto de Infração de
391 Apreensão no município de Lagoa Real pela posse de 180 mourões de aroeira
392 espécie declarada como proibida de corte conforme Art. 1º da Resolução
393 CEPAM N° 1.009 de 06/12/94. Pedido de anulação do Auto de Infração de
394 Apreensão, conselheiro Daniel Barreto. Decisão pela manutenção da
395 penalidade. Após declarou que não houve nenhum destaque ficam mantidas as
396 decisões da Câmara Técnica. Registrou que faltava a indicação de um membro
397 da sociedade civil para composição da CEEA. A conselheira Lucidalva
398 Rodrigues foi indicada. Mariana falou sobre mobilização para participação das
399 entidades na Comissão de Cadastro de Entidade Estadual inclusive a
400 Resolução que regulamenta essa Comissão precisa ser revisada. Kitty

401 Tavares sugeriu falar numa próxima reunião sobre o sistema de mobilização.
402 Mariana explicou que esse sistema está sendo criado dentro da SEMA/INEMA
403 internamente, coordenado pela Secretaria Executiva dos Colegiados para
404 divulgação e visa facilitar as informações. Informou que o Edital de
405 Convocação para o processo eleitoral do CEPRAM será publicado na próxima
406 semana, após dará início as inscrições e outras etapas de acordo com o
407 cronograma. Daniel questionou o início do processo eleitoral sem definição
408 das ONG's habilitadas no CEEA. Mariana explicou que o Cadastro é
409 permanentemente aberto, então não existe aguardar a análise da
410 representação para iniciar o processo eleitoral. Após a Comissão se reúne e
411 analisa se está de acordo ou não com a inclusão dentro do Cadastro. Kitty
412 Tavares informou que será realizado um Seminário no dia 3 de junho para dar
413 início ao processo de planejamento e consulta para capacitação. Falou dos
414 programas de gestão do conhecimento desenvolvido pela SEMA. Ressaltou
415 que, será trabalhado o curso de gestão participativa e outro sobre o
416 instrumento de cobrança da água, também no dia 3 de julho será anunciado o
417 curso de gestão das águas para os Comitês de Bacias Recôncavo Norte
418 Inhambupe, Paraguaçu, Corrente e o Grande. Daniel falou das dificuldades em
419 alguns municípios que não conseguem realizar curso presencial, considerando
420 que o Estado não disponibiliza uma rede de internet que possibilite um acesso
421 eficaz. Mariana Mascarenhas encerrou a reunião agradecendo a todos pela
422 presença. Esta ata será devidamente assinada pelo presidente e demais
423 representantes.

424 **MEMBROS:**

425 Alessandra Terezinha Chaves Cotrim Reis – Aiba
426 Arnor de Oliveira Fernandes Jr – ABES
427 Beatriz da Cruz Pitta – SDE
428 Célia Cavalcanti – IBAMA/MMA
429 Claudio Antonio Carilo de Magalhães – Copiba
430 Daniel Melo Barreto – Germen
431 João Lopes – ASSOCAFÉ
432 José Roberto Pedreira Franco Celestino – Sinaenco
433 Letícia Nobre - Sesab
434 Leila Márcia Souza Oliveira – Sindicato Rural de Camacan
435 Lucidalva Rodrigues - Prisma
436 Luiz Fernando Galvão – SINDIBRITA
437 Luiz Vitor Marsala – IDEIA
438 Márcia Telles – INEMA
439 Marcelino Antonio Martins - ALBA
440 Martin Mayr – ADES
441 Melquiades Spinola de Oliveira – Cepedes
442 Renato Pêgas da Cunha – ADES
443 Romeu Temporal – Seplan
444 Sérgio de Almeida Bastos – Sinpeq
445 Sergio Tomich - Sedur
446 Vera Lúcia Frazão
447 Wilson Andrade - ABAF

448 **Presidente :** Eugênio Spengler

449 **Secretaria Executiva:** Mariana Mascarenhas

Mascarenhas

